

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III***DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2024****Processo Licitatório nº 686/2024****Processo Recurso nº 16.275/2024**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para os serviços de LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 818 de 03 de julho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **R F OBRAS EPP**, doravante denominada Recorrente, em 18 de junho de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para os Grupos I, II e III, **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e SANE LAGOS LTDA**, denominadas Recorridas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90047/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III***I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega (I) falta de conformidade nas etapas de lance, pois os intervalos de lances não foram reiniciados após cada lance, impossibilitando o tempo hábil para inserir o desconto; (II) a abertura do modo de disputa fechado de todos os lotes simultâneos, tornando impossível a realização dos cálculos de desconto dos itens de cada lote; (III) no lote 1 e 2, a empresa encontrava em primeiros lugar, quando de repente o sistema finalizou e quando retornou, estávamos em quinto lugar, não havendo a possibilidade de inserir mais lances;

III. DAS CONTRARRAZÕES

As empresas não apresentaram

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Inicialmente, cumpre informar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da vinculação ao edital, sob o qual o art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Neste contexto, é dever supremo da Administração Pública o cumprimento das regras estabelecidas no edital.

Vejamos, então, o que dispõe o sistema do COMPRASNET:

Pregão Eletrônico é uma modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

Considerando o Decreto Nº 10.024/2019, existem dois modos de disputa no processo licitatório: Aberto e Aberto/Fechado. Para este recurso, abordaremos especificamente o segundo modo, o qual foi adotado para este pregão.

Conforme estabelecido no artigo 33 do decreto mencionado anteriormente, que regula os procedimentos para o modo de disputa aberto/fechado em processos licitatórios, durante a etapa inicial, os participantes dispõem de quinze minutos para enviar seus lances. Após esse período, o sistema emite um aviso de encerramento iminente, encerrando aleatoriamente a recepção de lances em até dez minutos após o aviso.

Em seguida, abre-se uma nova fase onde o autor da proposta de menor valor e os autores das propostas com até dez por cento de diferença em relação à menor têm a oportunidade de oferecer um lance final e sigiloso, com duração de cinco minutos. Caso não haja pelo menos três ofertas nestas condições, os autores dos melhores lances subsequentes, até um máximo de três, também podem participar do processo seguindo o mesmo procedimento.

Após a conclusão das etapas de lance final e fechado, o sistema ordena os lances em ordem crescente de vantajosidade, conforme previsto no § 4º. Caso não haja nenhum lance final e fechado classificado conforme os §§ 2º e 3º, a etapa fechada é reiniciada para permitir que os próximos licitantes na ordem de classificação possam submeter seus lances finais e fechados, sempre limitando-se a três participantes e mantendo o procedimento sigiloso.

Na eventualidade de nenhum licitante ser classificado na etapa de lance fechado que atenda aos requisitos de habilitação, o pregoeiro, com o apoio da equipe, pode justificadamente determinar um novo reinício da etapa fechada, conforme descrito no § 6º do artigo 33 do decreto mencionado.

Durante o certame, é pertinente salientar que o sistema empregado operou sem apresentar falhas ou inconsistências perceptíveis. A empresa em questão, ao interpor sua peça recursal, não logrou apresentar protocolos ou capturas de tela que corroborassem a

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

ocorrência de falhas no sistema Compras.gov. A alegação de erro sistêmico foi exclusivamente levantada por essa empresa, carecendo de evidências concretas que pudessem fundamentar tal reclamação.

Diante do exposto verificamos que os procedimentos técnicos foram rigorosamente seguidos de acordo com as normativas vigentes, não havendo qualquer registro de irregularidades que pudessem comprometer a equidade na participação das empresas.

Portanto, conforme relatado pela empresa, esta estava posicionada em 5º lugar nos Lotes 1 e 2I, não figurando entre as melhores colocadas, o que a impediu de efetuar novas ofertas.

Em análise ao processo, verificou-se que as outras licitantes que participaram do respectivo certame não tiveram problemas em utilizar a plataforma, diferentemente da empresa supracitada, além disso, a empresa não apresentou nenhuma comprovação da instabilidade no sistema do dia 13/06/2024, tampouco comunicou imediatamente a pregoeira e equipe de apoio sobre a dificuldade em utilizar a plataforma.

Convém ressaltar que a Administração Pública deve, sempre, primar pelos preceitos constitucionais e legais na realização dos processos licitatórios, sendo o princípio do julgamento objetivo corolário na apreciação dos requisitos das propostas e classificação das empresas. A empresa afirmou em seu recurso inconsistência do sistema, que a impossibilitou a legítima concorrência do certame, entretanto, em análise do referido certame no sistema, verificou-se não ter havido qualquer intercorrência ou instabilidade no transcorrer do mesmo, ou seja, inexistiu informativo que comprove instabilidade ou inconsistência, a etapa de lances restou iniciada e os lances foram recebidos corretamente, razão pela qual não prospera a alegação da recorrente.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III***V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa R F Obras EPP, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.047/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação das empresas **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e SANE LAGOS LTDA**, no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, n.º 90.047/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira – Comissão de Pregão III

Matricula: 468.036